

16° Congresso Brasileiro de Assistentes Sociais

Tema: "40 anos da "Virada" do Serviço Social" Brasília (DF, Brasil), 30 de outubro a 3 de novembro de 2019

> Eixo: Política Social e Serviço Social. Sub-Eixo: Educação.

A INTERVENÇÃO DO ASSISTENTE SOCIAL NO ÂMBITO DA POLÍTICA DE ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL DA DIAIE/PROEX/UNIFESSPA: REFLEXÕES SOBRE O USO DOS INSTRUMENTOS TÉCNICOS JUNTO AOS DISCENTES USUÁRIOS DO PROGRAMA PERMANÊNCIA

Anderson Cleyton Borges Cordovil¹
Sheila Kaline Leal da Silva²
Elino Benício de Souza³
Valdelina Brito de Queiroz⁴

Resumo: O artigo trata de reflexões sobre a intervenção do assistente social e o uso dos instrumentos técnicos-operativos da profissão no espaço socio-ocupacional da UNIFESSPA no âmbito do programa Permanência. Adotou-se como método levantamento bibliográfico e a pesquisa de campo. Conferiu-se, dessa forma, a melhoria da eficiência no trabalho técnico junto aos discentes assistidos pelo programa.

Palavras-chave: Reflexão. Intervenção. Instrumentos.

Abstract: The article deals with reflections on the intervention of the social worker and the use of the technical-operative instruments of the profession in the socio-occupational space of UNIFESSPA within the scope of the Permanence program. Bibliographical survey and field research were adopted as method. Thus, the improvement of the efficiency in the technical work among the students assisted by the program was verified.

Keywords: Reflection. Intervention. Instruments.

1 INTRODUÇÃO

As reflexões contidas neste artigo são resultantes das inquietações provocadas pela atual conjuntura socioeconômica e política imposta às universidades e institutos federais públicos no Brasil, que operam com o direito à educação superior, particularmente, nos limites deste artigo, com o programa de assistência estudantil (Permanência); bem como, de observações preliminares de sua operacionalização pela equipe do Serviço Social dentro da Divisão de Assistência e Integração Estudantil – DIAIE/PROEX da Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSA. Além da continuidade das reflexões práticas sobre a intervenção profissional do assistente social dentro dos vários espaços socio-ocupacionais

-

¹ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: andersonsocial2018@unifesspa.edu.br.

² Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: andersonsocial2018@unifesspa.edu.br.

³ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: andersonsocial2018@unifesspa.edu.br.

⁴ Profissional de Serviço Social, Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA, E-mail: andersonsocial2018@unifesspa.edu.br.

em que a categoria vem trabalhando nas diversas políticas públicas, compreende-se neste estudo que a operacionalização qualitativa dos instrumentais técnicos e operativos do Serviço Social conferem maior eficiência ao trabalho técnico social, sobretudo o trabalho com o direito à educação superior voltado a discentes pertencentes a grupos de famílias da massa de trabalhadores excluídos do processo de formação e, consequentemente, do direito constitucional de uma educação cidadã, a qual necessita de maiores investigações, "a necessidade de aprofundar urgentes questões sobre a prática particular da profissão, para o que procura trazer contribuições consideradas essenciais... que é a sua prática". (BATTINI, 2009, p. 142).

Verifica-se que a ação técnica dos assistentes sociais quando ancorada por um aporte teórico-metodológico, técnico-operativo e direcionado pelo projeto ético-político da profissão, possibilitou/possibilita à equipe da DIAIE/PROEX/UNIFESSPA a abertura de maiores condições nas análises técnicas sobre os condicionantes e determinantes de alguns aspectos fundamentais da vida social e familiar desses discentes atendidos pelo programa, bem como reflexões sobre as próprias ações profissionais; discentes esses, filhos de trabalhadores de diversas categorias profissionais (camponeses, trabalhadores rurais, trabalhadores formais e informais, desempregados, subempregados), vivência aqui demarcada como a classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2000)⁵ e que pertence majoritariamente às camadas da população em maior nível de vulnerabilidade social, conforme apontou o Diagnóstico⁶ da Assistência Estudantil/UNIFESSPA (2016), as populações quilombolas e indígenas, que no sudeste do Pará, vivenciaram de perto o processo de industrialização pesada implantado no Brasil (Bastos & Strazzacappa, 2015), uma vez que essas populações vivenciaram e vivenciam as consequências da ação do grande capital através dos grandes projetos. (Hébette, 2004).

Ao falarmos sobre o perfil dos discentes que recebem auxílios do programa de apoio à Permanência: dos 253 alunos (as) que responderam o questionário enviado eletronicamente, observou-se que 98 (39%) alunos (as) atendidos (as) pela assistência estudantil através do programa apresentaram renda familiar total de até um salário mínimo e meio (R\$1.320,00) e 31% têm renda familiar total de até um salário mínimo (R\$ 880,00),

_

⁵ Segundo o autor Antunes (1999): Uma noção ampliada de classe trabalhadora inclui, então, todos aqueles e aquelas que vendem sua força de trabalho, em troca de salário, incorporando, além do proletariado industrial, dos assalariados do setor de serviços, também o proletariado rural, que vende sua força de trabalho para o capital. Essa noção incorpora o proletariado precarizado, o subproletariado moderno, trabalhadores terceirizados, os trabalhadores desempregados... o exército industrial de reserva, na fase de expansão do desemprego estrutural.

A pesquisa foi realizada em setembro de 2016 através de formulário eletrônico direcionado aos estudantes dos cursos regulares da Unifesspa beneficiários do Programa Permanência. Foram respondidos 253 questionários, representando cerca de 50% dos estudantes beneficiados pelo Programa. Com questões objetivas e subjetivas, dentre outros aspectos, o formulário abrangeu o perfil dos estudantes, os serviços oferecidos e a equipe técnica. Os dados foram sistematizados no programa Excel 2010, onde foram realizadas análises descritivas das informações coletadas. Fonte: Diagnóstico da Assistência Estudantil 2016/UNIFESSPA.

dados esses confirmados pela Nota Técnica do Fórum Nacional de Pró-reitores de Assuntos Comunitários e Estudantis (FONAPRACE), de 07 de Junho de 2018: uma vez que 66,19% dos estudantes que ingressaram nas Instituições Federais de Ensino Superior (IFES) são oriundos de famílias com renda per capita de até 1,5 salários mínimos, conforme ficou demonstrado na IV Pesquisa do Perfil Socioeconômico e Cultural dos Estudantes de Graduação realizada pela ANDIFES, em 2014.

O cenário social acima supracitado é marcado por um contexto socioeconômico de agravamento da questão social, com diretrizes claras de orientação neoliberal que se traduzem de muitas formas como: desreponsabilização do Estado com as políticas de promoção social, privatizações, perda e desconstitucionalização desses direitos sociais e humanos, dentre outros ataques à classe trabalhadora que a realidade brasileira vem atravessando.

Esse complexo constitutivo de formação do ser social atravessa a política de educação que, por sua vez, atravessa o campo das práticas profissionais. Dentro dessas estão os espaços socio-ocupacionais que operam a política de assistência estudantil, tornando-se assim desafiador para profissionais nos seus processos de trabalho desenvolverem essas práticas com qualidade necessária, ultrapassando-se assim, as ações imediatistas em direção a práticas de caráter mais político, inclusivo e participativo.

Dessa forma, este estudo preliminar se estrutura da seguinte maneira: 2 - Serviço Social e Educação: algumas considerações; 3 – A prática do assistente social na Divisão de Assistência e Integração Estudantil – DIAIE/PROEX/UNIOFESSPA: refletindo sobre os instrumentos técnicos e operativos do assistente social junto ao corpo discente atendido pelo programa Permanência; 4 – Referências.

2 SERVIÇO SOCIAL E EDUCAÇÃO: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES

As diversas práticas educacionais dentro das políticas de educação no Brasil sempre estiveram marcadas pela segregação de classes e pela desigualdade social, tendo em vista que, nas décadas de desenvolvimento incipiente do modo de produção capitalista, sobretudo no início do século XX, produziu-se um aumento de demandas sociais por essa política, na perspectiva de qualificação da mão de obra da classe que vive do trabalho (ANTUNES, 2000). Com o objetivo de assegurar que categorias de trabalhadores se adaptassem à nova conjuntura das relações capitalistas, mantendo assim as suas bases de dominação e seu processo de desenvolvimento econômico e social, "ela acompanhou o percurso das transformações econômico-sociais e as alterações que foram, de uma maneira geral, sempre iniciadas de cima... mantendo resquícios de desigualdade" (BARBOSA, 2012,

p.03), e para isso as políticas de educação tornaram-se práticas sociais necessárias para esse cenário recém-instituído. A ideia de um sistema educacional começou a surgir após a Independência, ainda que de forma embrionária, e pretendia garantir a criação de escolas primárias, colégios e até universidades (PINTO, 1986), entretanto "mesmo caracterizandose por uma educação de elite, o atendimento à sociedade aristocrática era deficiente com relação à quantidade", (PINTO, 1986. p.59) o que fortaleceu os determinantes das desigualdades sociais de uma forma geral no Brasil.

Portanto, a política de educação deve ser compreendida como resultado desencadeado a partir das transformações socio-históricas que passaram as relações sociais no Brasil, dentro do próprio mecanismo do modelo de produção e reprodução capitalista da vida social, em suas várias dimensões e contextos que trouxeram às práticas de educação brasileira particularidades em meio a avanços e retrocessos no que se refere à inclusão de seguimentos socialmente excluídos – no geral a massa de trabalhadores que se encontravam nos grandes centros urbanos (1930), fruto do processo de industrialização –, que ocasionou inúmeras transformações, as quais a política de educação naquele momento não conseguia incorporar (ROMANELLI, 2009).

Dessa forma, o campo particular da educação, enquanto espaço de objetivação humana torna-se também espaço de produção e reprodução de desigualdades, tal qual de oportunidades, terreno fértil para pensar/repensar o desenvolvimento de processos de trabalhos na perspectiva de um espaço de reafirmação de uma educação libertadora que associe a educação com a luta por direitos sociais e humanos, ampliando a compreensão da democracia e da participação social como valores constitucionais e que devem estar articulados à luta social com outros atores e trabalhadores que compõem o cenário da educação, sobretudo em contextos socio-históricos radicalizados pela barbárie e pelas violências de toda ordem em momentos de crises mais agudas do sistema capitalista.

Tais relações sociais estão ligadas às transformações sociais da sociedade capitalista e seu modo de produção, no qual o próprio Serviço Social está inserido, tendo em vista que a profissão emerge a partir da divisão sociotécnica do trabalho, ou seja, como especialização do trabalho coletivo que responde a determinada necessidade social, que está ancorada numa concepção da ontologia do ser social fundada na tradição Marxista (1974), esta referenciada pela sociedade capitalista do trabalho, suas contradições e suas relações com outras dimensões da vida social.

A ação de assistentes sociais na política de assistência estudantil deve ser compreendida dentro da relação de projetos societários contraditórios que perpassam o aparelho do Estado e deve estar, também, ancorada no projeto ético-político do Serviço

Social mediado, dessa forma, à construção/reconstrução de políticas sociais públicas num contexto dialético, tendo em vista que específicas políticas públicas tendem a se constituir em determinados momentos socio-históricos para uma política, ora de caráter mais conservador e restritivo, ora tendendo mais para uma política com feições mais progressistas e inclusivas, tais quais as políticas focalizadoras e limitadoras de direitos. Salienta-se que, em determinados contextos sociais com a pressão popular, essas mesmas políticas são/podem ser reconfiguradas para a institucionalização de políticas com caráter mais democrático e inclusivo, a exemplo da política de assistência estudantil desenvolvida nos institutos federais de educação e universidades públicas, na qual, em determinado momento histórico, o movimento pela educação (1980) se fez presente, a fim de que se efetivasse a sua inclusão e implementação, no qual o trabalho do assistente social toma uma dimensão mais eficiente quando direcionado por referenciais teóricos e metodológicos, ético-políticos e técnico-operativos articulados com um projeto de sociedade mais cidadã, democrática e participativa, possibilitando, assim, alterações na dinâmica social das desigualdades através do acesso à formação de nível superior.

3 A PRÁTICA PROFISSIONAL DO ASSISTENTE SOCIAL NA DIVISÃO DE ASSISTÊNCIA E INTEGRAÇÃO ESTUDANTIL - DIAIE/PROEX/UNIFESSPA: REFLETINDO SOBRE OS INSTRUMENTOS TÉCNICOS E OPERATIVOS DO ASSISTENTE SOCIAL JUNTO AO CORPO DISCENTE ATENDIDO PELO PROGRAMA PERMANÊNCIA

A Universidade Federal do Sul e Sudeste do Pará – UNIFESSPA foi criada no ano de 2013, a partir da Lei 12.824 de 05 de Junho de 2013;

Com sede e foro no município de Marabá (PA) e natureza jurídica de autarquia, vinculada ao Ministério da Educação (MEC), foi criada no dia 6 de junho de 2013, com a vigência da Lei Federal n.º 12.824, de 5 de junho de 2013, a partir da estrutura da Universidade Federal do Pará (UFPA), tendo como base o desmembramento do Campus de Marabá da UFPA, na concepção inicial, a UNIFESSPA já nasceu como universidade multicampi, sendo constituída pelo Campus de Marabá (sede) e os Campi de Rondon do Pará, Santana do Araguaia, São Félix do Xingu e Xingu. Entretanto, a área de abrangência da UNIFESSPA vai além dos municípios citados, envolvendo os 39 municípios da mesorregião do Sudeste paraense, além de potencial impacto no Norte do Tocantins, Sul do Maranhão e Norte do Mato Grosso. (PORTAL UNIFESSPA, 2013).

A partir dessa brevíssima memória histórico-institucional de criação dessa universidade, há de se localizar o trabalho do Serviço Social, dentro da estrutura organizacional dessa instituição, tendo em vista que o espaço socio-ocupacional em que operam os assistentes sociais está inserido na Pró-Reitoria de Assistência e Integração Estudantil, mais precisamente na Divisão de Assistência e Integração Estudantil – DIAIE, sendo esta responsável também pela implementação da Política de Assistência Estudantil,

junto com o conjunto de outros setores da pró-reitoria, prestando serviços diretos para a comunidade acadêmica, dentro e fora dos muros da universidade em parceria com outros atores sociais de outros departamentos e instituições na viabilização do processo de formação educacional.

Nesse sentido, a assistência estudantil no âmbito da DIAIE/PROEX/UNIFESSPA se materializa através de um processo de trabalho amplo e complexo, no qual uma dessas frentes de trabalho é o processo de análise para concessão de auxílios financeiros desenvolvido pela equipe de assistentes sociais (07) a partir das demandas de solicitação feitas pelos estudantes. Demanda esta que vem crescendo anualmente, tendo em vista que a universidade é relativamente nova. Os auxílios financeiros (Moradia, Permanência, Creche e Transporte) são de extrema importância para alunos pertencentes a seguimentos sociais em situação de vulnerabilidade social (PNAS/2004), sobretudo para os grupos de alunos pertencentes à categoria de negros e pardos, sendo esses, de acordo com o Diagnóstico (2016), a maioria. Do total de estudantes pesquisados, 68 % dos estudantes responderam ser pardos, 16 % se declararam pretos, 14% responderam ser brancos, 1% disse ser indígena, 1% disse ser amarelo e um estudante respondeu que não se considera em nenhuma das alternativas, demonstrando, assim, resultados mais positivos das políticas afirmativas nas universidades e institutos federais, cumprindo-se a diretriz de incluir grupos que historicamente eram discriminados, objetivando, assim, assegurar ao corpo discente a sua permanência e integralização nos cursos ofertados.

Na concepção da política de Assistência Social (PNAS/2004), esses auxílios, trabalhados no âmbito da política de educação, traduzem-se também em benefícios sociais por caracterizarem-se como uma modalidade das práticas contidas nos serviços ofertados por essa Divisão, já que representam para a população demandatária uma forma concreta de bens e serviços (SPOSATI, 1989), num contexto mais amplo de compreensão dessa política na perspectiva de luta pela cidadania.

O Conselho Nacional de Assistência Social sinaliza que "a assistência como função governamental supõe transferência ou acesso a um bem... através de contribuição indireta, pela alocação de recursos governamentais" (CNAS – ABONG, 1995). Nesse sentido, a assistência não é de saída, uma política neoliberal, mas social, pois trata-se de uma oferta mediada e financiada pelo Estado que a reconheceu como uma política pública no âmbito de sua responsabilidade; portanto ao operacionalizar a política de assistência estudantil, que aqui está compreendida como uma prestação de serviços sociais, a prática do assistente social deve ser entendida não só como um trabalho que viabiliza uma forma de transferência

monetária, mas sim como uma das práticas que transcende esse aspecto instrumental utilitarista para uma compreensão mais ampliada dessa ação profissional, pois a prática do assistente social mediatizada por um conjunto articulado de técnicas e instrumentos é capaz, sim, de viabilizar ao corpo de assistentes sociais uma intervenção mais qualitativa, objetivando resultados interventivos mais positivos.

A dimensão técnico-operativa caracteriza-se como a forma de aparecer da profissão, portanto, os instrumentos técnicos utilizados pelos profissionais de Serviço Social constituem elementos que traduzem a prática ou o exercício profissional junto às organizações e instituições, caracterizando-se, por sua vez, como parte dessa mesma dimensão técnico-operativa, a qual é dotada de intencionalidade, capaz de proporcionar mudanças nas relações sociais (objeto da ação profissional), já que a intervenção do assistente social não é neutra:

> O que se pretende enfatizar é que a intervenção de natureza técnico-operativa não é neutra: ela está travejada pela dimensão ético-política, e esta, por sua vez, encontrase aportada em fundamentos teóricos, donde a capacidade de o profissional vir a compreender os limites e possibilidades não como algo interno ou inerente ao próprio exercício profissional, mas como parte do movimento contraditório constitutivo da realidade social (GUERRA, 2012, p. 40).

Os assistentes sociais que operam a política de assistência estudantil na DIAIE/PROEX/UNIFESSPA, conforme apontado acima, desenvolvem seus processos de trabalho por meio do uso de instrumentos técnicos, a fim de compreender alguns aspectos determinantes da realidade econômica, social e cultural desses estudantes, e consequentemente de suas famílias, de contextos sociais marcados pela cultura histórica da exclusão, pelo desemprego ou subemprego⁷ – desemprego ou subemprego esse retratado também no Diagnóstico (2016), pois dos 253 alunos, 84 alunos informaram que o provedor que o mantém, ou pai, ou a mãe tem vínculo de trabalho na categoria de autônomo –, além da compreensão de outros aspectos da vida familiar desse discente como o desafeto; a ausência/deficiência de políticas sociais públicas nas residências, localidades ou regiões em que esses alunos moram; as violências de maneira geral; os conflitos de pertencimento; conflitos familiares; drogas e diversas mazelas ocasionadas pelas expressões da questão social, sobretudo em momentos mais agudos de crise do capital.

Os assistentes sociais nessas intervenções profissionais lançam mão de referenciais teóricos, metodologias e um arsenal de instrumentos técnicos e operativos como: a

⁷ Em relação ao tipo de vínculo empregatício ou fonte de renda das pessoas que mantêm as despesas dos estudantes na universidade, em um número total de 253 alunos que responderam, os tipos de vínculos predominantes foram autônomos (84), empregados com carteira assinada (55), aposentados (37) e servidores públicos (37). Fonte: Diagnóstico da Assistência Estudantil 2016/UNIFESSPA.

observação, a entrevista, a visita domiciliar e institucional, o relacionamento, as reuniões, dentre outras práticas profissionais. Tais instrumentos utilizados pela equipe se caracterizam como mediações viabilizadoras de direitos sociais, já que nas diversas práticas de trabalho, o assistente social socializa informações, dá orientações, faz aconselhamentos, encaminhamentos de diversas naturezas, dentre outras atividades técnicas profissionais, objetivando, também, o empoderamento dos alunos, das famílias e das comunidade para as lutas sociais de enfrentamento dessas mesmas mazelas sofridas pela população.

A partir do uso dos instrumentos técnicos, a ação dos assistentes sociais é potencializada, "aqui, tomamos a técnica associada aos instrumentos: enquanto estes são compreendidos como elementos mediadores e potencializadores do trabalho, a técnica pode ser definida no sentido de ser a habilidade humana de fabricar, construir e utilizar os instrumentos" (VARGAS, 1994, p. 15), pois se amplia o raio de compreensão dos determinantes sociais da vida dos discentes atendidos pela política de assistência estudantil, com a qual o profissional do Serviço Social lida cotidianamente, e para isso a compreensão da técnica se torna um elemento importante nesse processo de trabalho.

Dessa forma, falaremos do instrumental técnico-operativo como a articulação entre instrumentos e técnicas, pois:

[...] expressam a conexão entre um elemento constitutivo dos meios de trabalho (os instrumentos) e o seu desdobramento – qualitativamente diferenciado – ocorrido ao longo do desenvolvimento das forças produtivas (as técnicas). Portanto, as técnicas se aprimoram a partir da utilização dos instrumentos, diante da necessidade de adequação às exigências de transformação dos objetos, visando o entendimento das mais variadas necessidades humanas. A técnica pode ser tomada, então, como uma qualidade atribuída ao instrumento para que se torne o mais utilizável possível, em sintonia com a realidade do objeto de trabalho. (TRINDADE, 2000, p. 03).

Lembra-se que na literatura do Serviço Social, há uma polêmica histórica sobre o que são esses instrumentos técnicos: Observação participante, Entrevista individual e Entrevista de grupo, Dinâmica de Grupo, Reunião, Mobilização de comunidade, Visita domiciliar, Atas de reunião, Livros de registro, Diário de campo, Relatório social, Parecer social (SOUSA, 2006); Entrevista, Entrevista aberta, Entrevista fechada, Ficha social, Reunião, Instrumentos audiovisuais, Dinâmicas de grupo, Material educativo, Instrumentos de planejamento, Encaminhamento, Planos, Programas, Projetos, Planilhas, Relatórios, Mapas, Organogramas, Documentação oficial, Instrumento de caráter pedagógico, Acadêmico-científico, Didático-pedagógico (TRINDADE, 2012). Estes são apenas alguns instrumentos que os assistentes sociais utilizam dentro da DIAIE/PROEX/UNIFESSPA. Há também Observação, Relacionamento, Abordagem, Entrevista, Reunião, Informação, Visita

domiciliar (SANTOS et. al. 2012); Relacionamento, Observação, Informação, Abordagem, Entrevista, Reunião, Visita domiciliar (SARMENTO, 1994), dentre outros autores.

A partir desse pequeno recorte de autores que tratam de alguns instrumentos técnicos, há aqueles instrumentos que a equipe de assistentes sociais da DIAIE/PROEX/UNIFESSPA lança mão com frequência como: a entrevista, visita domiciliar, reunião e a informação, dentre outros trabalhados em menor grau, porém que tem muita importância para o próprio processo de trabalho profissional como um todo, mas que devido a limitações desse espaço de debate não são possíveis desenvolver. As entrevistas e as visitas domiciliares com alunos, por exemplo, têm a finalidade de se compreender (SANTOS, SOUZA FILHO, BACKX, 2012) melhor o complexo da vida social deles e de suas famílias, além de ampliar o grau de conhecimento das áreas e territórios de moradia; a entrevista social "nos permite uma interação com a realidade social... que deseja e necessita viver condições melhores, mais dignas, e que as informações e recursos, não estão disponíveis para um acesso autônomo" (CARDOSO, 2008, p.34), com vistas a fornecer aos assistentes sociais elementos para planejarem e replanejarem suas ações além de atuarem de forma mais eficiente junto aos alunos, familiares e comunidade em geral.

A entrevista social é por excelência um meio para estabelecimento das relações com o usuário, com a pessoa que procurou o serviço, a fim de permitir o desenvolvimento da intervenção profissional, que permite um processo dialógico (CARDOSO, 2008). A visita domiciliar caracteriza-se como um instrumento que potencializa as possibilidades de conhecimento da realidade (conhecendo com o usuário, as suas dificuldades, a sua realidade e não o uso policialesco e disciplinador de reafirmação do poder de controle institucional) e que tem como ponto de partida de referência a garantia de seus direitos (através dos serviços que lhe são levados), sendo construído um papel educativo, ampliando-se assim o saber técnico colocado à disposição desses alunos e famílias para o empoderamento na luta por mais cidadania (SARMENTO, 2012), função socioeducativa essa, a qual o assistente social também lança mão no desenvolver de suas práticas. A visita domiciliar então proporciona ao trabalho dos assistentes sociais da DIAIE a ampliação do grau de conhecimento das condições de vida dos alunos "em todo o caso, o território nos diz muito e é por este motivo que o instrumental da visita social, seja onde for nos permite aprofundar nosso conhecimento da realidade" (CARDOSO, 2008, p. 63). Assim, os diversos espaços em que as diversas ações e atividades desenvolvidas pelos assistentes sociais, aqui demarcados, como o espaço da política de assistência estudantil, tornam-se espaços de construção/reconstrução de mediações capazes de provocar mudanças nas relações sociais com os alunos, famílias e comunidade em geral.

A Assistência Estudantil é também, onde se produz espaço de diálogo, de discussão, de planejamentos, mobilização, de investigação, de de pesquisa, construção/reconstrução de instrumentos, de relacionamentos, de proposições que possibilitam um fazer profissional, responsáveis por provocar alterações positivas na vida dos alunos atendidos, nas relações com o corpo técnico, com docentes e com diversos setores que compõem a universidade; objetivando, um espaço que amplie a participação democrática, a inclusão, o fortalecimento de valores que ultrapassem o caráter instrumental das relações sociais dentro e fora das universidades, já que a instrumentalidade no Serviço Social (GUERRA, 1999) é compreendida como sendo a capacidade constitutiva que uma profissão tem de intervir na realidade levando em consideração o contexto socio-histórico, visando a finalidade, a intencionalidade que o profissional possui no momento que lança mão desses instrumentais, de técnicas, de procedimentos dentro do Serviço Social, materializando através de seu trabalho o enfrentamento das expressões da questão social.

Os trabalho do assistente social interior processos de no da DIAIE/PROEX/UNIFESSPA com alunos atendidos pelo programa de assistência estudantil através da operacionalização técnica dos instrumentos (observação, reunião, entrevista, visita domiciliar, informação, dentre outros) concretizam a materialização do projeto éticopolítico da profissão (NORONHA, 2011; SANTOS, 2012), pois na medida em que o profissional utiliza, por exemplo, a entrevista, a visita domiciliar, a reunião, a palestra, a produção de relatórios e pareceres, a ampliação da socialização da informação, aqui entendida também como a divulgação dos editais dos processos para seleção dos estudantes, por meio dessas palestras e reuniões, permite-se que estudantes acessem seu direito de concorrer aos benefícios desse programa. Tais informações foram ratificadas pela pesquisa (Diagnóstico 2016) que retratou também o acesso ao edital por meio do Sistema de Assistência Estudantil, bem como por meio da intervenção dos Assistentes Sociais, pois, dos 253 alunos⁸ pesquisados, 228 (90%) não tiveram problemas de acessar, compreender/entender tais editais amplamente divulgados.

O corpo profissional dispõe de um amplo conjunto de conhecimentos teóricos e práticos que são socializados no momento de suas intervenções com esses mesmos estudantes, seus familiares, corpo docente, corpo técnico e comunidade em geral, haja vista que os processos de reflexão crítica são criados por meio desses processos de trabalho

A figura 20 mostra que 228 (90%) estudantes não tiveram problemas para acessar o edital do regular (2016) e o Sistema de Assistência Estudantil (SAE). Acredita-se que tal fato se deve às atualizações periódicas no sistema e à divulgação realizada no período que antecede a inscrição no processo seletivo. Assim, apenas 10% dos estudantes tiveram dificuldades com inscrição e envio de documentação, bem como com problemas de acesso à internet e a falta de conhecimento em relação ao edital. Fonte: Diagnóstico da Assistência Estudantil 2016/UNIFESSPA.

como um todo. Assim, concretiza-se paulatinamente a internalização ou ressignificação de valores como a liberdade, a democracia, a participação social, a luta por direitos sociais, o respeito à diversidade, a possibilidade da retomada de mobilizações sociais com outros atores sociais como: os sindicatos, os vários movimentos sociais, os movimentos juvenis e estudantis, LGBTS, o próprio movimento das equipes técnicas, dos professores, da própria rede de serviços a qual as universidades se relacionam, tendo em vista que uma das atribuições que precisam ser resgatadas cotidianamente no Serviço Social é a ação socioeducativa na perspectiva do saber fazer, com o como, e para que fazer, em um movimento de um "vir a ser" (GUERRA, 1999, p.44) dentro do processo desse fazer profissional.

O processo de trabalho dos assistentes sociais no interior da política de assistência estudantil (DIAIE/PROEX/UNIFESSPA), aqui localizado na região Sul e Sudeste do Pará em que estão concentrados os campos da UNIFESSPA (cidade de Marabá, Santana do Araguaia, Xinguara e São Félix do Xingu), apresentam suas limitações devido a determinantes de ordem macroeconômica estrutural e conjuntural, que estão marcadas, atualmente, pelo corte de recursos públicos que implicam a restrição de direitos sociais constitucionais pela focalização e seletividade, pela ameaça de desmonte ou de desconfiguração dessa política, bem como de outras, como política de assistência social, seguridade social com impactos diretos nas condições de vida e de trabalho das populações das classes de trabalhadores, sobretudo, os grupos de trabalhadores mais vulnerabilizados como: trabalhadores formais com baixos rendimentos, trabalhadores subempregados, trabalhadores rurais, populações quilombolas, indígenas, populações de agricultores familiares, dentre outros. A Unifesspa trabalha por meio do atendimento direto aos estudantes pertencentes a essas mesmas famílias que compõem esse cenário de destinatários, cujos principais problemas para se manter na universidade, segundo o Diagnóstico (2016) é o financeiro, 209 (83%). A equipe do Serviço Social tem desenvolvido seu trabalho técnico na perspectiva de proporcionar aos maiores contingentes populacionais o direito a estudar e ter condições de se manter nessa universidade até sua integralização, com vista à construção, por meio da educação, de processos societários capazes de alterar os quadros de exclusão e desigualdade na região em direção a uma educação mais emancipadora, crítica, inclusiva e mais democrática em consonância com projetos de sociedade mais justos e igualitários.

REFERÊNCIAS

ANTUNES, Ricardo. **Os sentidos do Trabalho**: ensaio sobre a afirmação e a negação do trabalho. Coleção mundo do trabalho. 3. ed. Rio de Janeiro: Boitempo Editorial, 2000.

BARBOSA, Carlos Daniel da luz. **Assistência Estudantil: compromisso do Serviço Social com o ensino superior**. Artigo. PUC – Rio, 2012.

BATTINI, Odária. Atitude Investigativa e Prática Profissional. In: BAPTISTA, Myrian Veras. **A prática profissional do assistente social**: teoria, ação, construção do conhecimento. São Paulo: Veras Editora, v.1, 2009.

BRASIL. Ministério do Desenvolvimento Social e Combate à Fome. **Política Nacional de Assistência Social – PNAS / 2004**. Brasília, 2005. Disponível em: http://www.mds.gov.br/assistenciasocial/arquivo/Politica%20Nacional%20de%20Assistencia%20Social%202013%20PNAS%202004%20e%202013%20NOBSUASsem%20marca.pdf. Acesso em: 20 maio de 2019.

BASTOS, Pedro P. Z. **Ascenção e crise do projeto nacional-desenvolvimentista de Getúlio Vargas**. In: BASTOS, P. P. Z.; FONSECA, P. C. D. (orgs.) A Era Vargas. São Paulo: Editora da Unesp, 2012.

CFESS – Conselho Federal de Serviço Social. Subsídios para a atuação de Assistentes Sociais na Política de Educação. Série 3. Trabalho e Projeto Profissional nas Políticas Sociais. Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011-2014).

CORDOVIL, Anderson Cleyton Borges. INTERVENÇÃO PROFISSIONAL EM SERVIÇO SOCIAL NA ÁREA DA ASSISTÊNCIA SOCIAL: ESTUDO DA DIMENSÃO TÉCNICO-OPERATIVA NA AÇÃO DE ASSISTENTES SOCIAIS EM CRAS NA REGIÃO METROPOLITANA DE BELÉM-(PA). Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal do Pará -PPGSS-UFPA, 2014.

DIAGNÓSTICO DA ASSISTÊNCIA ESTUDANTIL 2016 PROEX/UNIFESSPA. Marabá-Pa. 2016.

GUERRA, Yolanda. **A instrumentalidade do serviço social**. São Paulo: Cortez, 1999.

HÉBETTE, Jean. **O Grande Carajás: um novo momento da história moderna da Amazônia paraense.** In CASTRO e HÉBETTE (org.). Na trilha dos grandes projetos. Modernização e conflito na Amazônia. Belém: NAEA/UFPA, 1989.

IAMAMOTO, Marilda Villela. Relações sociais e serviço social no Brasil: esboço de uma interpretação histórico-metodológica. São Paulo: Cortez, 2013.

NORONHA, Karine; SANTOS, Cláudia Mônica. O Estado da arte sobre os instrumentos e técnicas na intervenção profissional do assistente social: uma perspectiva crítica. In: _____. Serviço Social: temas, textos e contextos. Rio de Janeiro. Lumen Juris. 2011.

PINTO, Rosa Maria Ferreira. **Política Educacional e Serviço Social.** São Paulo: Cortez, 1986.

ROMANELLI, O. O. **História da Educação no Brasil (1930/1973)**. 34ª edição. Petrópolis: Vozes, 2007.

SARMENTO, Hélder Boska de Moraes. Instrumental Técnico e o Serviço Social. In: SANTOS, Cláudia Mônica dos; BACKX, Sheila; GUERRA, Yolanda (Orgs.). **A** dimensão técnico-operativa no Serviço Social: desafios contemporâneos. Juiz de Fora: Ed. UFJF, 2012.

TRINDADE, Rosa Lúcia Predes. **Desvendando as determinações sócio- históricas do instrumental técnico-operativo do Serviço Social na articulação entre demandas sociais e projetos profissionais**. Temporalis, Brasília, ano 2, n. 4, jul./dez. 2001.